

DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADE: UMA ANÁLISE INTERACIONISTA E SOCIOCOGNITIVISTA DO DISCURSO DA HERANÇA CULTURAL**HUMAN RIGHTS, GENDER VIOLENCE AND MASCULINITY: AN INTERACTIONIST AND SOCIOCOGNITIVIST ANALYSIS OF CULTURAL HERITAGE DISCOURSE****DERECHOS HUMANOS, VIOLENCIA DE GÉNERO Y MASCULINIDAD: UN ANÁLISIS INTERACCIONISTA Y SOCIOCOGNITIVISTA DEL DISCURSO SOBRE EL PATRIMONIO CULTURAL**

Artur de Lima Barretto Lins¹
José Marcos da Silva²
Sara Milena Gois Santos³
Lucas Santos Costa⁴

RESUMO

(^o) Recibido: 15/11/2023 | Aceptado: 15/01/2024 | Publicación en línea: 29/03/2024.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

¹Mestrando em Direitos Humanos pelo Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Especialista em Linguística Aplicada a Práticas Discursivas pela Fafire (2016) e graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). ID <https://orcid.org/0009-0003-9075-2707>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9212139071842076>. E-mail: arturlins@outlook.com. Telefone: 81 9 9924 4984.

²Doutor em Direitos Humanos, Saúde Global e Políticas da Vida pela Fiocruz e PhD Human Rights in Contemporary Societies pela Universidade de Coimbra. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UFPE. ID <https://orcid.org/0000-0002-6913-8302>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1936644752029631>. E-mail: jose.marcoss.sc@ufpe.br. Telefone: 81 9 9770 2371.

³Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Direito das Mulheres e em Direitos Humanos e Ressocialização (UniVitória). Bacharel em Direito (Pio Décimo). ID <https://orcid.org/0009-0003-4925-3041>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6669488863792604>. E-mail: contatosaramilena@hotmail.com. Telefone: 79 9 9839 7173.

⁴Advogado e pesquisador na área de Direito Constitucional e Direitos Humanos. Pós-Graduado em Direito Constitucional (Faculdade Dom Alberto). Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/SE. Bacharel em Direito (Pio Décimo). ID <https://orcid.org/0009-0009-9158-4171>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3470904725390605>. E-mail: lucascosta.se@gmail.com. Telefone: 79 9 8882 2309.

O presente artigo apresenta uma análise sobre a reprodução discursiva do machismo e das masculinidades hegemônicas, investigando sua relação com a violência de gênero. Utilizando uma abordagem qualitativa e interpretativa, a pesquisa se baseia nos estudos de Michael Tomasello (2003) e Teun Van Dijk (2010; 2012) para compreender a aprendizagem cultural e os modelos mentais que influenciam as representações sociais. A análise hermenêutica fenomenológica dos modelos mentais destaca a transmissão, reprodução e amplificação de atitudes permeadas por influências ideológicas e de relações de poder na construção discursiva das masculinidades. Conclui-se que a compreensão crítica dos direitos humanos é essencial para desnaturalizar e desconstruir o discurso patriarcal, contribuindo para a desconstrução da violência de gênero e a promoção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Descritores: Direitos humanos, masculinidades, violência de gênero, aprendizagem cultural, socio interacionismo, análise crítica do discurso.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the discursive reproduction of machismo and hegemonic masculinities, investigating their relationship with gender violence. Using a qualitative and interpretative approach, the research is based on the studies of Michael Tomasello (2003) and Teun Van Dijk (2010; 2012) to understand cultural learning and the mental models that influence social representations. The phenomenological hermeneutic analysis of mental models highlights the transmission, reproduction and amplification of attitudes permeated by ideological influences and power relations in the discursive construction of masculinities. The conclusion is that a critical understanding of human rights is essential to denaturalize and deconstruct patriarchal discourse, contributing to the deconstruction of gender violence and the promotion of a more equal and just society.

Descriptors: Human rights, masculinities, gender violence, cultural learning, socio-interactionism, critical discourse analysis.

RESUMEN

Este artículo analiza la reproducción discursiva del machismo y las masculinidades hegemónicas, investigando su relación con la violencia de género. Utilizando un enfoque cualitativo e interpretativo, la investigación se basa en los estudios de Michael Tomasello (2003) y Teun Van Dijk (2010; 2012) para comprender el aprendizaje cultural y los modelos mentales que influyen en las representaciones sociales. El análisis fenomenológico hermenéutico de los modelos mentales pone de relieve la transmisión, reproducción y amplificación de actitudes permeadas por influencias ideológicas y relaciones de poder en la construcción discursiva de las masculinidades. La conclusión es que una comprensión crítica de los derechos humanos es esencial para desnaturalizar y desconstruir el discurso patriarcal, contribuyendo a la desconstrucción de la violencia de género y a la promoción de una sociedad más igualitaria y justa.

Descritores: Derechos humanos, masculinidades, violencia de género, aprendizaje cultural, socio-interaccionismo, análisis crítico del discurso.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que, adotando as perspectivas interacionistas e sociocognitivas do discurso, analisou como a herança cultural influencia a reprodução discursiva de atitudes machistas, as

quais são originárias de uma masculinidade considerada hegemônica. Tal reprodução é vista como um produto da aprendizagem cultural, envolvendo a transmissão simbólica de modelos mentais que moldam construções humanas subjetivas.

Para aprofundar essa análise, recorreu-se à hermenêutica fenomenológica, uma técnica que permite descrever e sintetizar processos compreensivos e críticos (Côrtes, 2006). Este método visa a compreender o sentido, especialmente no que tange à linguagem usada em discursos que refletem a ideologia dominante de um grupo, neste caso, a masculina, utilizada para a manutenção de sua dominação (van Dijk, 2015).

Quanto à base teórica, este trabalho se debruça sobre núcleos de sentido fundamentais como gênero, sexualidade, masculinidades alternativas, cultura, interacionismo, socio cognitivismo e direitos humanos. Essa abordagem teórica é fundamentada nas discussões conceituais de autores como Rubin (1993), Connell (2005), Michael Tomasello (2003), Teun van Dijk (2010, 2012), Herrera Flores (2009), além de Bola (2020).

Por meio de inferências, este trabalho aprofunda o entendimento dos processos cognitivos, interacionais e culturais que moldam os modelos mentais responsáveis por perpetuar o machismo, a violência de gênero e, conseqüentemente, a violação dos direitos humanos.

Os resultados contribuem para uma melhor compreensão do processo de determinação social sobre a cognição e dominação de corpos e mentes por sistemas de pensamento conservadores que sustentam o patriarcado e o exercício do poder, e, dessa forma, a violência de gênero e sexual, o preconceito e a exclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conhecimento do mundo, de si próprio e dos outros requer uma integração entre mente, corpo e ambiente, de ser parte de um todo (Pelosi, 2014). Essa integração pela cognição, conforme Michael Tomasello (2003), advém de habilidades resultado de um modo de transmissão cultural e, no ser

humano, há componente estabilizador para o aprendizado cultural, ou seja, para a reprodução e socialização dos conhecimentos.

Connell (2005) reconhece que as transformações culturais e históricas moldam o conceito de gênero, e, ainda, que há diversas masculinidades, as quais são contingentes, por variarem ao longo do tempo e das culturas. Essas masculinidades refletem modos específicos de ser e de interagir no mundo e com os outros, influenciando diretamente a maneira pela qual as crianças são educadas e o ambiente em que essa educação ocorre. Além disso, abordam o que é internalizado na mente das crianças, como elas processam essas informações e, posteriormente, como as reproduzem no cotidiano.

A reprodução dessas normas e comportamentos de gênero ocorre tanto através da linguagem verbal quanto da não-verbal, envolvendo três dimensões imbricadas e dependentes: discurso, sociedade e cognição. Neste contexto, a cognição atua como uma ponte entre o discurso e a sociedade, refletindo as ideologias e a dominação exercidas pelos detentores do poder em uma determinada situação (van Dijk, 2010).

A perspectiva interacionista e socio cognitivista relacionadas à produção de masculinidade machista permite apreender esse modelo como resultante de reprodução de ideias, pré-conceitos e concepções adquiridas ao longo do desenvolvimento cognitivo e nas relações sociais.

Nesse contexto, as habilidades humanas são transmitidas, reproduzidas e, por vezes, amplificadas. Tomasello (2003) argumenta que complexidade do desenvolvimento humano transcende uma mera herança evolucionista, *ergo*, biológica. Ou seja, embora a transmissão de comportamentos — como o canto reproduzido pelos filhotes de pássaros ou a comunicação à distância entre certos cetáceos — seja comum no reino animal, essas ações carecem da intencionalidade e do caráter socio colaborativo que caracterizam as interações humanas, as quais incluem o engajamento em diversas formas de interpretação, por exemplo, de símbolos.

A identificação do indivíduo humano com seus pares diz respeito a uma capacidade cognitiva resultante de sua filogenia, de sua herança genética, biológica; essa “habilidade especial para se identificar com Co específicos” e a

compreensão dos Co específicos como seres intencionais, é exclusiva dos primatas humanos; essa compreensão surgiria a partir dos nove meses, com domínio progressivo de inúmeras ferramentas, dentre elas, a linguagem, e isso se dá no tempo histórico do indivíduo em seu meio cultural, portanto no “tempo ontogenético”, a partir do entendimento do outro como agente de interação, como agente intencional (Tomasello, 2003, pp. 66–107).

O mesmo autor aponta que como resultado dessa capacidade cognitiva única, os seres humanos têm o poder de reconhecer uns aos outros como seres pensantes, aptos a criar tecnologias por meio de um processo colaborativo, conhecido como socio gênese. Essa habilidade se estende ao uso dessas tecnologias e à introjeção dos modos de produção, exemplificando com a reprodução da linguagem — um processo de aprendizagem cultural e de internalização.

Dessa forma, fica evidente a potência dos processos educacionais emancipatórios e da produção de um discurso contra hegemônico como estratégias para enfrentar o machismo e a dominação de gênero e sexual. Estas estratégias visam criar modelos de masculinidades que superem a reprodução da desigualdade de gênero, a violência contra a mulher e a homotranslesbofobia.

Ademais, para fomentar uma cultura que valorize os direitos humanos, importa compreender os processos de desenvolvimento cognitivos em relação aos discursos, ideologias e relações culturais que envolvem a sociedade humana. Neste sentido, o domínio dos direitos humanos se representa uma perspectiva dialética, capaz de transformar modelos mentais rígidos, estanques e encastelados em direção à abertura e consolidação de sujeitos que se enfileiram na defesa da dignidade humana (Herrera Flores, 2009, p. 19).

Em paralelo, a teoria dos direitos humanos se embasa na produção de conhecimento marcada por as lutas simbólicas por direitos que são essenciais à vida e que se materializam na liberdade de ser e estar no mundo com as condições necessárias para a plenitude da liberdade. Tal enfoque se manifesta em pesquisas se ocupam com temas de relevância social, propondo análises que se afastam do caráter estritamente metódico, instrumental, abraçando uma

construção de saber interdisciplinar pautada por práticas sociais com *telos* emancipatórios (Herrera Flores, 2009).

Assim, no âmbito dos direitos humanos, a interdisciplinaridade não deve ser utilizada apenas como um caminho para a pesquisa ou para enfrentar problemas sociais, ou seja, instrumentalmente; ao contrário, deve orientar a importância da interdisciplinaridade para pautar a construção teórica dos direitos humanos.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, adotou-se uma metodologia de análise qualitativa, fundamentada nas ciências sociais e humanas, com a perspectiva da hermenêutica fenomenológica. Esse método foi escolhido por sua capacidade de refletir sobre a forma como as representações de comportamentos são cristalizadas em crenças e em estereótipos sobre a masculinidade (Bola, 2020).

De acordo com Medeiros (2016), a fenomenologia hermenêutica favorece a compreensão e interpretação dos fenômenos observados. Ela encoraja o pesquisador a imergir no mundo do sujeito observado, permitindo uma aproximação com o fenômeno estudado e a possibilidade de reestruturar sua própria visão de mundo. Este procedimento metodológico desafia o pesquisador a explorar os significados que surgem dessa aproximação com o fenômeno, buscando compreendê-lo dentro de seu contexto espaço-temporal e considerando tanto as visões de mundo do sujeito quanto do próprio pesquisador (Netto & Chagas, 2019).

Minayo (2014) acrescenta que essa abordagem metodológica não apenas incorpora as concepções teóricas de abordagem e um conjunto de técnicas que permitem a apreensão da realidade, mas também estimula o potencial criativo do pesquisador. Além disso, ressalte-se a importância da visão de mundo, por parte do pesquisador, presente em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a formulação do objeto de estudo até a obtenção e análise dos resultados, visando a construção do conhecimento de forma ampla e significativa.

Ao valorizar a linguagem, o método hermenêutico fenomenológico sublinha a importância das representações sociais e identitárias no contexto

espaço-temporal a ser analisado, abrindo caminho para que o pesquisador se aprofunde nas motivações, percepções e interações dos sujeitos envolvidos no — e pelo — fenômeno social em estudo. Por meio dessa metodologia, é possível compreender como as atitudes e crenças são transmitidas de uma geração para outra, mantendo padrões culturais e sociais ao longo do tempo.

Nesse sentido, parte-se da compreensão sobre a cognição como objeto da Análise Crítica do Discurso (ACD) na perspectiva dos estudos críticos do discurso (ECD) de Teun van Dijk (2010), com o intento de investigar as dinâmicas interacionais no qual a cognição se desenvolve em relação à perspectiva de gênero e sexualidade. A análise focada nos modelos mentais, conforme mencionado por van Dijk (2010), revela como as ideologias dominantes são reproduzidas e internalizadas pelos indivíduos, moldando suas percepções e comportamentos. Isso ocorre porque os modelos mentais, que emanam da herança cultural e da ideologia carregada por grupos dominantes (van Dijk, 2015), têm o potencial de intensificar atitudes e comportamentos arraigados nas estruturas sociais e culturais, reforçando padrões de poder e hierarquia.

Assim, os trabalhos de van Dijk se concentram na relação entre linguagem, poder e ideologia, analisando como o discurso reflete e reproduz estruturas de dominação e desigualdade. Esta perspectiva, ao ser integrada à hermenêutica fenomenológica, enriquece a análise crítica das práticas discursivas que sustentam o patriarcado e a violência de gênero, desvendando os mecanismos pelos quais a ideologia é reproduzida nos discursos relacionados à masculinidade.

Já a abordagem sociocognitiva proposta por Tomasello destaca a influência da herança cultural na configuração da cognição humana, considerando a aprendizagem cultural e a colaboração como elementos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo. Essa abordagem pode enriquecer a análise ao fornecer lampejos sobre como a herança cultural molda a formação de modelos mentais relacionados à masculinidade e à violência de gênero, evidenciando a interação entre processos cognitivos e contextos socioculturais.

Além disso, a valorização da linguagem e a consideração das variáveis do tempo-espço incentivam uma postura reflexiva e crítica por parte dos pesquisadores, instigando-os a revisitar e questionar suas próprias suposições, visões de mundo e interpretações. Esse questionamento enriquece a análise das masculinidades, tornando-a mais objetiva e aprofundada.

Dentro dessa linha de reflexão, a investigação dos resultados partiu do questionamento sobre como o discurso hegemônico, acerca da masculinidade, contribui para a produção e reprodução da violência de gênero e como a teoria crítica dos Direitos Humanos permite compreender, desnaturalizar e desconstruir o discurso patriarcal e a violência de gênero.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A herança cultural, lastreada no tempo ontogenético e transmitida como possibilidade no tempo filogenético, é o que separa primatas humanos dos primatas não humanos (PNH) que não conseguem reconhecer seus semelhantes como agentes intencionais. Os primatas humanos conseguem compreender as relações antecedentes/consequentes “entre eventos externos sem estar diretamente envolvido neles. [...], mas, além disso, [...] ‘por que’ uma determinada sequência antecedente-consequente ocorre” (Tomasello, 2003, p. 31). Ademais, há duas vantagens imediatas desse tipo de cognição: uma é resolver problemas de formas criativas; a outra diz respeito a um processo de educação e aprendizado social, ou seja, a uma função transformadora nesses processos.

A diferença entre um PNH e os seres humanos, é que nos humanos há uma herança cultural que acumula modificações com o passar do tempo. A isso denomina-se efeito catraca, pois essas modificações acumuladas ao longo do tempo se tornam mais complexas com o avançar da linha temporal (Tomasello, 2003).

A linguagem, dessa forma, seria fruto de uma evolução cultural cumulativa e colaborativa, a qual advém do efeito catraca e de colaborações simultâneas no tempo ontogenético, pois a “ontogênese humana é o lugar onde as necessidades intelectuais se encontram diretamente com os recursos culturais” (Tomasello,

2003, p. 65). Assim, as competências cognitivas humanas exigem tempo e processos ontogenéticos para sua consolidação.

Nessa perspectiva, a herança cultural humana, portanto, prevê uma aprendizagem por interação com determinado *telos*, intencionalidade, a partir da adoção do “comportamento ou a perspectiva de um outro em relação a uma terceira entidade” (Tomasello, 2003, p. 71).

Verifica-se que há uma reprodução de um comportamento violento em relação ao próximo, seja cis ou trans, homem ou mulher, a partir de um patamar cognitivo, adstrita a determinadas culturas, do que é ser homem, de uma determinada masculinidade e de sua transmissão cultural. A concepção de masculinidade hegemônica, intimamente ligada ao patriarcado, é fruto das colaborações socioculturais que são, na maioria, mediadas pelo discurso. Os significantes relacionados a essa forma de masculinidade são aprendidos e seus significados, consolidados e reproduzidos através da repetição ao longo do tempo histórico, num processo conhecido como efeito catraca. Bola (2020) argumenta que, embora esses mecanismos de reprodução não sejam universais, é importante reconhecê-los para promover uma transformação na maneira como linguagem, cognição e comportamento são concebidos e praticados na sociedade.

Nesse sentido, essa transmissão cultural pode ser investigada a partir da teoria de Van Dijk (2010), a qual apresenta a reprodução de modelos mentais dominantes por meio da linguagem e em determinados contextos hegemônicos, ou seja, um processo de dominação cognitiva de um grupo por outro.

Os modelos mentais são estruturas relevantes para o processamento discursivo, facilitando tanto a produção quanto a compreensão de discursos. De acordo com van Dijk (2010), eles funcionam como uma ponte entre as cognições que são compartilhadas socialmente e os modelos cognitivos individuais. Isso significa que, embora se originem do pertencimento e da interação grupal, eles também refletem a experiência e interpretação pessoal de eventos, podendo ser considerados como “representações cognitivas de nossas experiências” (van Dijk, 2012, p. 94).

Além de seu papel no processamento de eventos passados, os modelos mentais exercem influência sobre as ações presentes sob o efeito tanto de crenças sociais partilhadas quanto de experiências pessoais, com o potencial de moldar futuras experiências. Portanto, os modelos mentais podem contribuir para a mudança de ideologias, especialmente quando essas novas experiências são exponencialmente compartilhadas entre os membros de um grupo (van Dijk, 2015). A estruturação dos modelos mentais, conforme explicado por Van Dijk (2010), ocorre mediante categorias específicas, entre as quais se destacam dois tipos principais de esquemas mentais: *frames* (molduras ou quadros) e *scripts* (roteiros). *Frames* são categorias mais estáticas, com padrões relativamente imutáveis, exemplificados pela ideia de família como uma organização social definida por laços jurídico-afetivos e consanguíneos. Em contrapartida, *scripts* representam categorias mais dinâmicas, abrangendo uma variedade de representações mentais. Um exemplo disso seria a noção, em uma família de tradição judaico-cristã, de que é aceitável que a mulher se submeta ao homem. Esses esquemas são complementados por conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores, formando a base sobre a qual os indivíduos interpretam e interagem com o mundo ao seu redor.

Essas estruturas são fundamentais para a compreensão de situações sociais relevantes, a exemplo de definição global da situação, cenário (tempo e espaço), ações em curso (incluindo discursos e gêneros discursivos), e os participantes em diversos papéis comunicativos, sociais ou institucionais. Além disso, incluem representações mentais específicas, como metas, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias (van Dijk, 2010, p. 119–120).

Conforme van Dijk (2015, p. 56–57) esclarece, essas categorias são o que ele define como “contexto”. Nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), os contextos também são entendidos como modelos mentais e se manifestam no discurso como representações mentais subjetivas de eventos específicos, lastreadas por interações referentes ao processamento discursivo. Portanto, em vez de conceber o contexto como uma manifestação objetiva das situações sociais, ele é visto como modelos cognitivos do contexto. Isso se dá porque tais modelos representam um tipo específico de experiência vivenciada. Segundo

Netto & Chagas (2019, p. 5), o significado objetivo de um símbolo, transmitido através da linguagem, “perpassaria por condições subjetivas [...] diretamente vinculadas à qualidade da (sobre)vivência do interlocutor num tempo-espço determinados”. Assim, os modelos de contexto garantiriam a pertinência do discurso para a situação comunicativa em questão, servindo como indicadores tanto da dimensão cognitiva quanto da discursiva.

Van Dijk (2010, p. 204) também afirma que os modelos mentais “formam base cognitiva de todo discurso e interação individual”. Ao funcionarem como referência para um discurso, eles são essenciais na definição dos conteúdos de significados tanto locais (micro) quanto globais (macro).

O trabalho de Van Dijk (2010, 2012, 2015) sobre ideologias e modelos mentais foca na análise de componentes tanto em escalas macro quanto micro, abordando três dimensões fundamentais. Primeiramente, na esfera da sociedade, o estudo se concentra nas relações de poder entre grupos e na maneira como estas relações influenciam as interações sociais. Em seguida, no âmbito do discurso, a pesquisa investiga o controle e o acesso discursivos, explorando como as interações são mediadas por estruturas discursivas em práticas sociais específicas. Por fim, no que diz respeito à cognição, o foco recai sobre o impacto das atitudes e ideologias em modelos mentais específicos e, reciprocamente, como esses modelos influenciam as ideologias e atitudes.

Já os modelos de contexto influenciam não apenas o conteúdo do que é comunicado, mas também os aspectos pragmáticos e estilísticos, isto é, a maneira pela qual o texto é expresso. Dessa forma, os modelos mentais exigem um preenchimento com atos de cognição compartilhados socialmente, conforme destaca Van Dijk (2010). Isso é essencial para formar uma representação mental que inclua conhecimentos, ideologias, atitudes, normas e valores.

Para efetivar essa experiência e compreender como o compartilhamento de símbolos linguísticos, advindos de uma herança dual — compreendendo tanto a herança biológica quanto a cultural —, pode promover a perpetuação de discursos de dominação e violência sexista, recorreu-se às categorias dos mitos da masculinidade delineadas por Bola (2020, p. 16). Essas categorias questionam a noção do que significa ser homem e propõem a ideia de que a

masculinidade não é uma categoria homogênea e universal. Pelo contrário, existem diversas masculinidades, resultado de uma herança cultural que se distancia do determinismo biológico e é, portanto, contingente.

Herrera Flores (2009), considera que as normas jurídicas que protegem a diversidade humana e os grupos vulneráveis, não são dadas na normalidade, mas são conquista de um processo de luta por direitos humanos. As práticas sociais concretas, históricas, corporificadas, que respondem a uma necessidade, é que levam à emancipação de grupos sociais minoritários, resistindo a um estado de opressão, como nas práticas de masculinidades hegemônicas, as quais exigem repetição de determinados comportamentos conservadores dos homens.

Segundo Bola (2020), há modelos de masculinidade que são frutos de uma reprodução de um conhecimento que privilegia, de modo histórico, a superioridade do homem sobre a mulher. Ele ainda indica que a visão tradicional sobre masculinidade é a de traços humanos exibidos por conta do sexo biológico. Entretanto, masculinidade é fruto de performances interacionais, e repetição estilizada de atos. Não existiria, dessa forma, uma masculinidade, e sim o desempenho de papéis sociais que validariam continuamente uma representação de gênero.

Dessa forma, a representação de gênero é aqui analisada enquanto construída a partir de crenças rígidas e estereotipadas, especificamente os mitos sobre masculinidade, exemplificados por expressões como “seja homem”, conforme aponta Bola (2020). Esse processo gerativo de sentido leva à internalização de comportamentos, atitudes, sentimentos e emoções dentro do espaço cognitivo de atenção coletiva, moldado pela linguagem. Além disso, a violência de gênero, particularmente em sua dimensão psicológica, é perpetuada pelo fato de ser negado aos homens o “direito” de demonstrar expressão de tristeza, fragilidade, fraqueza, vulnerabilidade e emoções. Tais formas de subjetividade são rejeitadas por serem consideradas desviantes de uma norma de masculinidade estereotipada.

Existem diversas construções de sentido que marcam o fenômeno da masculinidade, manifestando-se em crenças como “homem não chora”, que

implicam um desvio do estereótipo segundo o qual chorar é um indicativo de homossexualidade; a ideia de que a intimidade não sexual entre homens é desencorajada; a noção de que os homens são inerentemente mais fortes e lógicos do que as mulheres, que por sua vez são vistas como emocionais; e a expectativa de que um “homem de verdade” deve ser o provedor ou o chefe da família.

Van Dijk (2010) interpreta esses exemplos como *scripts* (roteiros), que derivam de uma categoria mais fixa (*frames*, enquadramentos) de família patriarcal, e que vêm acompanhados de injunções para reproduzir modelos mentais que reforçam estereótipos de gênero relacionados a questões sociais.

Essas representações são fundamentadas na teoria cognitiva do discurso, que sustenta que os grupos sociais asseguram seu poder não apenas pelo controle direto das mentes, mas também por meio do controle indireto das ações, fundamentado em ideologias específicas. Esta relação ideológica é articulada numa teoria da cognição social, estabelecendo uma ligação teórica entre o poder dos grupos dominantes no nível societal macro e a manifestação desse poder através da interação e do discurso no nível microssocial (van Dijk, 2010).

Um dos exemplos da socio gênese são as aptidões linguísticas. Essas aptidões biológicas (herança filogenética) são usadas para explorar, comunicar-se, recursos culturais surgidos e que evoluíram no tempo histórico, e isso é feito no tempo ontogenético (Tomasello, 2003).

A socio gênese das aptidões linguísticas, conforme dito por Tomasello (2003), exemplifica como capacidades biológicas hereditárias (herança filogenética) são usadas na exploração e comunicação de recursos culturais que se desenvolveram e evoluíram ao longo do tempo histórico, um processo que ocorre dentro do tempo ontogenético de cada indivíduo.

Utilizando a linguagem — um produto da socio gênese —, indivíduos empregam estratégias comunicativas intersubjetivas, que se baseiam na intencionalidade comunicativa e na produção de meios compartilhados para alcançar fins comuns. Esta utilização destaca a intersubjetividade do símbolo comunicativo, resultante de uma interação intencional (Tomasello, 2003).

Dessa perspectiva, entende-se que os usuários de uma língua não apenas fazem parte de grupos sociais, mas também que estes grupos podem influenciar o comportamento de seus membros por meio das atitudes individuais. Isso ocorre porque os recursos linguísticos de uma pessoa estão integrados ao seu grupo social. Van Dijk (2010) estabelece uma conexão entre a cognição pessoal — representada pelos modelos mentais — e a cognição social, através da memória e das representações mentais sociais compartilhadas. Tal interconexão sugere que ambos os tipos de cognição são fundamentais na modelagem da interação, do discurso e das atitudes dos indivíduos, uma vez que as representações sociais governam as ações coletivas de um grupo.

Nessa interação, os modelos mentais de um evento ou de uma situação organizam as crenças subjetivas do produtor do discurso. E mais, determinados modelos mentais, ativados em determinadas situações cognitivas de contexto, não trazem apenas a apresentação dos fatos, dos dados linguísticos da comunicação, mas são importantes para representar estados emocionais, opiniões e formações de crenças associadas a esses estados emocionais, o que faz até com que consigamos “lembrar melhor as experiências passadas se estivermos com a mesma ‘disposição’ com que estávamos quando da experiência original” (van Dijk, 2012, p. 94).

Na interação discursiva, os modelos mentais de um evento ou situação organizam as crenças subjetivas do indivíduo que produz o discurso. Importante ressaltar que certos modelos mentais, quando ativados em contextos cognitivos específicos, não se limitam a apresentar fatos ou dados linguísticos da comunicação. Eles são importantes para expressar estados emocionais, opiniões e crenças vinculadas a esses estados, o que inclusive pode intensificar a capacidade de “lembrar melhor as experiências passadas se estivermos com a mesma ‘disposição’ com que estávamos quando da experiência original” (van Dijk, 2012, p. 94).

Neste íterim, distingue-se uma proposição macro, que engloba os conhecimentos de base comum, atitudes e ideologias compartilhadas, dos modelos específicos relacionados a eventos particulares, influenciados por experiências pessoais, fruto de interações, intenções comunicacionais e

desenvolvimento individual (ontogênese). Assim se estabelece uma relação entre o que é intrínseco ao indivíduo e o que é compartilhado coletivamente, configurando representações tanto na memória social quanto nos modelos pessoais na memória episódica. Por conseguinte, o processo de produção discursiva implica na compreensão discursiva, ambos sendo processos cognitivos de codificação e decodificação essenciais para a interpretação do discurso (Van Dijk, 2010, 2015).

Evidentemente, é possível questionar esse modelo teorizado e construir modelos alternativos para tais eventos, baseando-se nos conhecimentos e experiências individuais e em diferentes modelos de contexto. Esse desenvolvimento de modelos alternativos, entendido como um processo posterior, constitui uma forma de socio gênese (van Dijk, 2015).

Segundo Ramón Grosfoguel (2016), vivenciamos um contínuo processo de epistemicídio³, resultando na imposição de certos comportamentos como preferíveis para definir masculinidade. Assim, o patriarcado e a dominação masculina sobre as mulheres não são fenômenos universais e atemporais, mas sim o resultado de uma herança cultural em que há a reprodução de um conhecimento orientado para manter uma divisão hierárquica de poder específica.⁴

Nesse contexto, a masculinidade, entendida como uma performance e uma herança cultural em sociedades patriarcais, reforça a visão do que é considerado normal e aceitável, justificando a dominação feminina por meio de atos de subordinação repetidos e culturalmente reforçados, de modo a garantir que aqueles que nascem homens sigam esse caminho violento sem desvios.

Dessa maneira, determinadas atitudes, movidas por ideologias dominantes, são produzidas por grupos sociais em caráter hegemônico, sem

³ Expressão cunhada por Boaventura de Sousa Santos (apud Grosfoguel, 2016, p. 26): diz respeito ao assassinato de mulheres com conhecimento ancestral – identificadas como bruxas – e domínio e extermínio de indígenas e negros, com imposição de métodos, paradigmas e temas – ou seja, de uma epistemologia norte-eurocêntrica – na produção de conhecimento.

⁴ Como exemplo de sociedade em que não há domínio de homens sobre mulheres, nem hierarquia entre elas, JJ Bola (2020, p. 24) cita o grupo étnico Minangkabau. Ver reportagem da BBC – “A maior sociedade matrilinear no planeta”, disponível em <https://www.bbc.com/travel/article/20160916-worlds-largest-matrilineal-society>.

encontrar resistência. Por outro lado, existem atitudes resultantes do reconhecimento – ou compreensão –, por parte de grupos que se opõem à ideologia dominante, da necessidade de combater certos comportamentos, especialmente aqueles impostos por discursos machistas que promovem um falso atavismo.

Nessa perspectiva, o sujeito, enquanto homem, e a masculinidade associada a esse ideal, não advêm de uma forma imutável, e a masculinidade pode ter uma fluidez que vai além de crenças limitantes e fixadas em um paradigma tido como rígido. Importa transpor a cultura de domínio patriarcal da colonização por matrizes europeias e derivadas de religiões judaico-cristãs (Bola, 2020).

Outrossim, ressalta-se que a masculinidade é o patriarcado perpetuado por ideias produzidas e reproduzidas por gerações, gerando rigidez estereotipada em crenças advindas de um domínio do homem sobre a mulher. Essas ideias podem ser confrontadas com modelos alternativos para reproduções de outras experiências culturais de masculinidades alternativas que prezam pelo afeto e pela inclusão.

Realça-se ainda, que embora existam condicionamentos biológicos, é importante destacar que a linguagem humana serve como um instrumento capaz de induzir mudanças em comportamentos masculinos opressivos. Isso se torna eficaz, sobretudo quando aliado a uma educação voltada para a diversidade e os direitos humanos, especialmente focada em crianças e adolescentes durante os estágios iniciais de socialização. A chave para esse processo é a introdução de modelos alternativos que promovam comportamentos e atitudes baseados na solidariedade e que sejam sensíveis ao sofrimento humano.

Em síntese, os estudos conduzidos por Bola (2020), Tomasello (2003) e van Dijk (2010; 2012; 2015) são importantes para compreender como padrões de comportamento são repetidos através da herança cultural e modelos mentais que reproduzem sofrimento aos outros. Eles enfatizam a necessidade de adotar modelos alternativos, ancorados na solidariedade, no reconhecimento e no respeito à diversidade e aos direitos humanos, sugerindo que tais modelos

podem ser instrumentalizados para transformar dinâmicas sociais opressivas em interações mais justas e empáticas.

5 CONCLUSÕES

A perspectiva crítica dos direitos humanos, a ECD e a teoria socio cognitivista contribuem para a contraposições epistemológicas e cognitivas ao patriarcado, ao machismo, à violência de gênero e à misoginia, porque possibilitam provocar um hiato entre a reprodução de comportamentos violentos e preconceituosos, a fim de que haja uma mudança de mentalidade, com um espaço de atenção conjunta para se compreender as masculinidades como algo não inerente a comportamentos advindos de uma estrutura patriarcal opressiva.

Para um novo olhar sobre a questão, os estudos de Sayak Valencia (2015) propõem novas masculinidades, ditas dissidentes. Essas são modelos que não se ancoram no viriarcado, no qual o patriarcado de cariz judaico-cristão é apenas uma das facetas (Araújo, 2022).

Por meio de uma abordagem crítica dos direitos humanos é possível questionar e desnaturalizar as estruturas de poder e as normas sociais que sustentam o patriarcado, permitindo uma reflexão sobre as desigualdades de gênero e suas consequências, promovendo a conscientização e ações para prevenir e enfrentar essas violações.

Além disso, ao questionar as estruturas patriarcais e promover os direitos humanos, é possível estimular uma mudança de mentalidade e de comportamento em relação às questões de gênero, favorecendo a construção de novas formas de masculinidade e relações mais igualitárias.

Para Herrera-Flores (2009), o caminho é um processo em que corpos fazem parte da luta juntamente com as palavras, sendo o discurso um campo ético, socialmente falando e moralmente aplicável, em que o corpo é possuído, metafórica e pragmaticamente. A dignidade da pessoa humana deve ser uma prática corporificada, manifesta-se na luta por criação de novas normas que repercutem em ações e práticas sociais que valorizem a diversidade e a dignidade humana.

Por fim, a perspectiva desse artigo contribui para a reflexão sobre a necessidade de produção de modelos alternativos de discurso, sentidos, categorias que materializem pela linguagem e textos modelos educacionais para a cultura dos direitos humanos e masculinidades alternativas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos pelo apoio recebido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.

REFERÊNCIAS

- Araújo, M. (2022). *Masculinidades na cena do Magiluth: Ensaio sobre os espetáculos “Aquilo que meu olhar guardou para você” e “Viúva, porém honesta”*. Recife: Sesc Pernambuco, 200p.
- Bola, J.J. (2020). *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. (S. Rafael, Trad.). Porto Alegre: Dublinense, p. 06-08.
- Código Penal. (1940). Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Governo Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.
- Côrtes, N. (2006). Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer. *Varia história*, 36 (22), 274-90.
- Connell, R. (2005). *Masculinities*. 2 ed. Berkeley (California/USA): *University of California Press*.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas? racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49.
- Herrera Flores, J. (2009). A (re)invenção dos direitos humanos. Trad.: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger. Florianópolis: *Fundação Boiteux*, 231p.
- Louro, G. L. (2013). Destemidos, bravos, solitários – a masculinidade na versão western. Bagoas – *Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 7, n. 10, 11, p. 172-182.
- Medeiros, G. S. (2016). *Olhar para o Sol: concepção da análise fenomenológica hermenêutica*. [Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul]. Biblioteca digital de teses e dissertações da PUCRS. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6896>

- Minayo, M. L. O. (2014). *Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC.
- Netto, R. M. R., & Chagas, C. A. N. (2019). O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 18(2), e29611. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.29611>
- Pelosi, A. C. (2014). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. (In: Farias, E. M. P.; Feltes, H. P. de M.; Pelosi, A. C., Org.). 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, p. 08-28.
- Rubin, G. (1993). *Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. (D. Christine; R. Edileusa; C. Sonia, Trad.). Recife: SOS Corpo.
- Supremo Tribunal Federal. (2020). 1ª Turma mantém decisão de Júri que absolveu réu contraprova dos autos. Notícias STF. Recuperado de: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=452595&ori=1>
- Tomasello, M. (2003). *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. (C. Berliner, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1999).
- Valencia, S. (2015). *¿Nuevas masculinidades? Sexismo hipster y machismo light*. In: S. Bercovich & S. C. Sierra (Coord.), *Topografías de la violencia. Alteridades e impasses sociales* (pp. 107-123). Tijuana, Mexico: El Colegio de la Frontera Norte.
- van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. (Diversos tradutores). 2. ed. São Paulo: Contexto.
- van Dijk, T. A. (2012). *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. (R. Ilari, Trad.). São Paulo: Contexto.
- van Dijk, T. A. (2015). *Ideologia*. (T. Pedro, Trad.). Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 50, n. esp., p. 53-61. Suplemento.